

Nota de apresentação

Conhecimento, Decisão Política e Acção Pública em Educação

LUÍS MIGUEL CARVALHO

Como em números anteriores da *Sísifo*, este dossier pretende expor, aos leitores da revista, um conjunto de trabalhos originais associados a um domínio específico da investigação orientada e produzida na Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Lisboa (FPCE-UL). Trata-se, agora, de dar conta de uma região particular de estudos em Administração Educacional, mais exactamente, da área de trabalho consagrada à análise das políticas educativas.

Feito de um conhecimento que a si mesmo se vê como provisório e inacabado, este dossier é, mais que tudo, um lugar de partida. É – retomando os termos do texto de apresentação da *Sísifo* – o início de uma *aventura de conhecimento*, de um percurso movido pela vontade de saber e de aprender mais e melhor, sobre as políticas públicas de educação. Com efeito, este caderno temático procura ilustrar, através dos seus artigos, o modo como a problemática da mobilização do conhecimento na decisão política e na acção pública vem sendo abordada em dois dos domínios onde se desenvolvem estudos sobre este tema, na nossa Faculdade: no âmbito de uma investigação à escala europeia, sobre as relações entre conhecimento e política, nos sectores da educação e da saúde (*KNOW&POL*); nos projectos de investigação resultantes do primeiro curso de formação avançada do programa de doutoramento em Ciências da Educação

A primeira parte do dossier é da autoria dos docentes da área de especialização de Administração Educacional da FPCE-UL (João Barroso, Luís Mi-

guel Carvalho, Madalena Fontoura e Natércio Afonso) e tem duas finalidades principais. Em primeiro lugar, pôr em evidência os propósitos e os modos de articulação entre a formação pós-graduada e a investigação, na referida área de especialização, assim como a inscrição dos estudos sobre as políticas públicas no contexto de uma importante evolução da orientação que vem sendo dada aos estudos nesta área, desde o início da presente década. Em seguida, apresentar uma breve síntese do projecto de investigação *KNOW&POL*, com a identificação do problema em estudo, das principais coordenadas teóricas e eixos de análise, dando particular ênfase à apresentação das propostas de investigação que a equipa portuguesa realiza, no quadro do seu envolvimento naquele programa.

A segunda parte do dossier é constituída por 10 textos, da autoria de doutorandos que concluíram o primeiro curso de formação avançada (Outubro de 2005/Outubro de 2006), contendo as versões condensadas dos seus projectos de investigação. Estes trabalhos foram apresentados inicialmente no Seminário “*Conhecimento, decisão política e acção pública em educação*”, realizado na FPCE-UL, em 3 de Maio de 2007, tendo sido objecto de inquirição e debate, suscitados pelo comentário de três investigadores convidados: Ana Maria Seixas, da Universidade de Coimbra, Fátima Antunes e Fernando Ilídio Ferreira, ambos da Universidade do Minho.

Como os leitores poderão verificar, os dez artigos não estão apenas agregados em virtude da par-

tilha de uma mesma temática geral ou da filiação num amplo espaço das teorias sociais que alguns vêm designando por galáxia construtivista. Eles estão interligados por afinidades diversas: aproxima-os o comprometimento com a compreensão das relações entre conhecimento e política; anima-os o debate acerca das transformações do papel e das formas de intervenção do Estado no governo da educação; e são mantidos em diálogo através de um relativamente restrito conjunto de ferramentas conceptuais (e.g., acção pública, referencial, instrumento de acção pública, transferência de políticas, regulação). Com estes denominadores comuns, os trabalhos não deixam, obviamente, de prosseguir caminhos distintos, sendo possível associá-los em quatro grandes grupos temáticos.

No primeiro grupo de projectos, que podemos dizer dedicados ao estudo de “políticas públicas sobre as escolas”: *José Hipólito Lopes* perspectiva o estudo da autonomia enquanto referencial da acção pública em educação; *César Rufino* propõe-se compreender a difusão e o uso de dispositivos de avaliação interna das escolas no contexto da criação de um espaço europeu de educação; *Graça Jegundo Simões* dirige o seu olhar para o impacto de diferentes referenciais e instrumentos de auto-avaliação das escolas na regulação da acção educativa local.

Um segundo grupo de trabalhos dirige-se à compreensão de políticas públicas que almejam orientar, coordenar e controlar a acção de grupos específicos: *Estela Costa* propõe-se conhecer a mobilização do conhecimento na construção dos referenciais e dos instrumentos da política de avaliação de professores; *João Matos Ribeiro* orienta a sua atenção para a análise das transformações dos esquemas interpretativos e das regras para a acção do “presidente da escola” no contexto da regulação local das políticas.

Um terceiro grupo de projectos toma como ponto de partida medidas políticas concretas: *Clara Freire Cruz* focaliza a criação dos Conselhos Municipais de Educação para, a partir dela, construir uma análise das políticas de descentralização e de territorialização da educação e dos processos de organização desencadeados ao seu redor; *Carlos Pires* pretende analisar os processos de decisão e de implementação de um conjunto de medidas que, como refere, vem sendo associado à ideia de “Escola a Tempo Inteiro”.

A vontade de conhecer a intervenção de certos actores colectivos nos processos sociais que constituem as políticas públicas congrega um quarto e último conjunto de trabalhos. Dois deles dão atenção à participação parental, mas traçam roteiros de pesquisa bem distintos: *João Macedo Faria* propõe-se analisar o protagonismo do associativismo parental a partir da tensão entre a sua constituição auto-referencial e as estratégias de regulação dos decisores políticos estatais; *Carla Cibele Figueiredo* pretende saber como é escutada a voz das organizações de pais na génese das políticas públicas de “educação sexual em meio escolar”, recorrendo para tal às abordagens das redes sociais e políticas. Por fim, o texto de *Ana Pina* desloca-nos para outro território e para outra agência da acção pública, para a imprensa escrita e para o discurso jornalístico, sendo seu propósito interpelar criticamente as relações entre esse discurso e a construção das políticas.

Fechando o dossier temático, publica-se uma revisão, da autoria de Fátima Antunes, da Universidade do Minho, ao livro *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: espaços, dinâmicas e actores* (sob organização de João Barroso), obra que reúne um conjunto de trabalhos produzidos no âmbito de um projecto de investigação europeu (*Reguleducnetwork*) a que a área da Administração Educacional da FPCE-UL esteve ligada entre 2001 e 2004.